A Revista *Direito Público* deste bimestre se concentra no tema “Direito, Política e Decisões do Poder Judiciário”.

Pode-se ter como fenômeno marcante dos últimos anos, entre nós, a existência de uma jurisprudência que prestigia e impõe os valores inscritos na Constituição, quando identificado o seu atrito com atos e deliberações de órgãos de cúpula dos Poderes. Esse quadro tanto motiva críticas, que pretendem flagrar aí excesso dos órgãos jurisdicionais, como atrai aplauso e entusiasmo. Várias questões nascem desse fenômeno, que merece ser melhor conhecido na sua realidade, nos seus pressupostos filosóficos e jurídicos, nos seus limites e em todas as suas consequências.

Nas próximas páginas, iniciamos esse estudo, que, decerto, inspirará novos números da nossa Revista. À apreciação desenvolvida nos artigos de fundo somamos um ementário de precedentes, em que se torna patente tanto a crítica judicial de decisões de mérito tomadas por agências e agentes políticos, como a revisão de assuntos relacionados à própria estrutura dos Poderes e ao regime jurídico dos seus membros. Vai-se encontrar, de igual sorte, a preocupação em descobrir as fronteiras de legitimidade do controle jurisdicional. Nota-se que o equacionamento desses problemas assume, inevitavelmente, o pressuposto de que cabe ao Judiciário a guarda dos princípios reitores da Carta da República – elemento de contenção do espaço de discricionariedade das decisões políticas.

Esperamos que a leitura seja bastante profícua e que o nosso leitor também se anime a tomar posição em todo esse debate.

Paulo Gustavo Gonet Branco
Editor-chefe